

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 16.05.84

Data: 16.05.84 Pg.: 16

Índios pataxós detêm 8 funcionários da Funai

Das sucursais

Oito funcionários da Funai foram detidos ontem pelos índios pataxós ha-ha-hãe, do Sul da Bahia, depois de cancelada — por determinação da Justiça Federal — a visita de uma comissão do órgão à aldeia da fazenda São Lucas, em Pau Brasil, onde iria “conversar com os posseiros que estivessem dispostos a devolver as terras aos índios”. A informação é da Polícia Federal, em Ilhéus, mas não foi confirmada pela Funai. Até ontem à noite o índio Marcos Terena, chefe de gabinete do órgão, desconhecia a ação dos pataxós contra os oito funcionários.

O delegado Guido Alves, da Polícia Federal, por sua vez, informou que o clima é de tensão na aldeia dos pataxós e, embora mantenha agentes na área, o DPF não intervirá. De acordo com o delegado federal, os índios ficaram irritados com a suspensão da missão da Funai e decidiram deter os oito funcionários do órgão, entre os quais estão três mulheres.

A versão da Funai e dos índios é a de que alguns posseiros estão dispostos a devolver, voluntariamente, as terras. E, através de portaria do presidente do órgão, Jurandy Marques da Fonseca, foram enviados técnicos à área. Desde que a notícia dessa missão chegou a Pau Brasil os fazendeiros e posseiros voltaram a se reunir e decidiram que haveria luta se a Funai, com o apoio do DPF, “tentasse expulsar alguém”.

Ontem, o juiz da 2ª Vara da Justiça Federal, Lázaro Guimarães, disse que enviou telex à presidência da Funai, esclarecendo que o problema é motivo de ação judicial e, por isso, nada poderá ser alterado enquanto a Justiça não decidir a questão. Ele informou que em janeiro a Funai entrou com ação de despejo contra 400 arrendatários que desde 1973 deixaram de pagar o arrendamento.

Os réus alegaram, entretanto, que a ação é imprópria, isto é, a Funai não pode requerer despejo porque desde 1969 a Constituição federal tornou nulos os contratos existentes envolvendo terras indígenas. Assim, os fazendeiros acham que não cabe ação de despejo, mas ação de outro tipo. E se o Estado da Bahia intervier como parte interessada, o juiz, possivelmente, terá de encaminhar a ação para o Supremo Tribunal Federal sem julgá-lo. No STF já existe outra ação, na qual a União tenta anular os títulos de posse de terras fornecidos pelo governo do Estado dentro dos 36 mil hectares que formavam, originalmente, a antiga reserva dos pataxós.

A comissão da Funai pretendia, ontem, entrar em contato com os arrendatários para discutir a possibilidade de reaver as terras que eles estão ocupando, cujo arrendamento não pagam à Funai — em alguns casos — há mais de dez anos. Os arrendatários, no entanto, apoiados pelos fazendeiros que também ocupam a área de 36 mil hectares pleiteada pelos índios, decidiram que vão permanecer em suas terras.

Para Juruna, boicote

Para o deputado Mário Juruna, poderá haver provocações por parte dos funcionários da Funai demitidos, no sentido de “queimar” o novo presidente do órgão, Jurandy Marques da Fonseca. Foi o que ele disse em Santos, ontem, esclarecendo: “Esses funcionários poderiam estimular alguns índios a tomar atitudes violentas, só para tentar derrubar Jurandy, que foi eleito por 470 chefes de comunidades indígenas”.

Sobre os incidentes ocorridos na delegacia da Funai em São Luís, onde índios guajajaras ocuparam o prédio do órgão, fazendo um refém e apresentando várias reivindicações, Juruna frisou: “O índio é inocente, é um ser humano puro, e pode ser envolvido”.

E, em visita à Polícia Federal, Juruna fez questão de ver o inquérito sobre o recente assassinato do cacique Samuel Bento Santos, ocorrido em Peruíbe, e disse que não acredita que a morte do índio fora mera questão de “rixa de campo de futebol”, mas sim motivada por questões de terras. Por isso, Juruna ligou para o presidente da Funai e pediu providências, solicitando um advogado para acompanhar o inquérito, já que o crime ocorreu na aldeia dos índios, área de responsabilidade do órgão.



Os índios estão revoltados com indecisão da Funai

Arquivo